

**À LUZ DOS CANDEEIROS:
O QUE NOS DIZEM OS LIVRINHOS DE ASSENTOS E NOTAS
DE FAZENDAS DA BAHIA
NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**

Tárcia Priscila Lima Dória (UEFS)

tarciatrabalhos@gmail.com

Dayane Moreira Lemos (UEFS)

dayaneml@yahoo.com.br

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro (UEFS)

zenaide@uefs.br

1. Introdução

Este trabalho traz um tipo de fonte ainda pouco ou nada estudado sob a perspectiva de uma tradição de cultura escrita nos sertões baianos. Pretendemos, neste trabalho, apresentar pequenos livrinhos ainda inéditos como fontes para o estudo de práticas de escrita em domínio privado, trazendo à tona elementos reveladores de uma escrita ordinária e de foro privado em espaço rural. Os documentos são: *Livrinho de Nascimento*; *Livrinho de Falecimento* e *Livrinho de Notas*, escritos por Secundina Maria Lemos, na Fazenda Boa Sorte, entre os anos de 1923 e 1928; *Livrinho de Notas e Assentos*, escrito por Esmeraldo Cedraz de Oliveira, na Fazenda Trancada/Coité em 1958.

Essas fontes oferecem elementos preciosos para o estudo do português popular baiano rural, pouco estudado em uma perspectiva sócio-histórica, justamente pela deficiência de registros escritos. Logo, *Os elos entre língua escrita, sociedade e cultura podem ser objeto de análise sob diferentes pontos de vista* (SOARES, 1995, p. 5). Dessa forma, interessamos observar a influência da cultura escrita em comunidades rurais baianas.

O português popular brasileiro é uma variedade que se constitui como uma das principais vertentes do português brasileiro (PB), como assume Lucchesi (cf. 1994, 2003). O autor defende que essa variante fincou suas raízes no interior do país, para onde se dirigiu a maior parte da população no período colonial, levada, não pela fala de uma aristocracia de altos funcionários ou de ricos comerciantes, mas pela fala rude e plebeia dos colonos pobres.

2. Descrição do corpus

Na linha de investigação sócio-histórica do PB, a constituição do material empírico para as pesquisas linguísticas, além de apresentar a edição dos documentos, deve, segundo Barbosa (1999, p. 106) avançar na descrição, não só do contexto sócio-histórico do texto, mas das condições de produção, relação entre emissor e receptor, modalidade e estilo, para dar confiabilidade e fidedignidade ao material. Por isso, será realizada a localização espacial e temporal dos documentos que compõem o *corpus*, assim como identificação de dados relevantes acerca dos autores, como naturalidade/nacionalidade, nível de letramento e profissão, através de entrevistas e de indícios encontrados nos próprios livros.

Para a composição deste trabalho, foram selecionados quatro livrinhos de autorias diferentes, a saber:

- a) Livrinhos de Secundina Maria Lemos (Fazenda Boa Sorte, 1923 a 1928):
 - *Livrinho de Nascimento*: Organizado em 60 fólios, apresenta datas de nascimento dos seus filhos e familiares, além da data de casamento de seus pais.
 - *Livrinho de Falecimento*: Organizado em 32 fólios, com informações de datas de falecimento de familiares e amigos da autora.
 - *Livrinho de Notas*: Organizado em 25 fólios, sua estrutura está assim apresentada: inicialmente a autora escreve em forma de versos, em seguida escreve em prosa, com algumas histórias de efeito moral.
- b) Livrinho de Esmeraldo Cedraz de Oliveira (Fazenda Trancada / Coité em 1958)
 - *Livrinho de Notas e Assentos*: Organizado em 12 fólios. Trata-se de anotações de datas de nascimento e falecimento de possíveis familiares.

Conforme Barbosa (1999, p. 106) para a construção de *corpora* confiáveis ao estudo linguístico do português no Brasil, faz necessário tanto explicar o contexto sócio-histórico, quanto o contexto de escritura dos textos a serem editados, a fim de expor à comunidade acadêmica uma amostra que seja reflexo expressivo de um dado momento histórico-social.

3. *Da localização histórica*

Os livros por ora apresentados fazem parte de um acervo particular *stricto sensu*, cuja datação consta das décadas de 20 e 50 do século XX. É oportuno lembrar que esse século, apesar de recente ainda é pouco estudado no que tange às pesquisas de cunho sócio-histórico. Podemos contar, contudo, com uma vasta bibliografia acerca de estudos de textos setecentistas e oitocentistas.

A segunda metade do século XIX ao século XX foi um período marcado por uma série de acontecimentos que influenciaram no processo de escolarização brasileira. Esses fatos tiveram início com o processo emigratório das elites rurais, que conduziu à urbanização, podemos observar a influência da escolarização, a chegada de imigrantes europeus, a extinção do tráfico negreiro e a diluição dos índios na mestiçagem brasileira. Além disso, a partir de 1922, inicia-se o estágio de elaboração da língua literária.

Esses acontecimentos, entretanto, deram início ao que chamamos de valorização da cultura escrita em detrimento da fala. O que se pode perceber é uma configuração linguística voltada para a padronização de regras gramaticais, encontradas em textos de cunho literário, com alto nível de formalidade e letramento daqueles que os escreviam. Geralmente essa cultura escrita estava localizada nos grandes centros urbanos, porém esse mesmo processo não ocorreu de forma simultânea no interior do país. Dessa forma, o português popular brasileiro, na sua modalidade escrita, esteve de fora desses registros por muito tempo.

4. *Da localização espacial*

O *lôcus* de nossa pesquisa está centralizado em duas cidades situadas na região do semiárido baiano: Conceição do Coité e Dom Macedo Costa. Conforme levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referente ao histórico dessas duas cidades, observamos que, no caso de Coité, iniciou-se, no final do século XVIII, a penetração no território com a influência do povoamento das áreas dos atuais municípios Feira de Santana, Serrinha, Jacobina e Riachão do Jacuípe. Assim, formou-se o povoado “Coité” ou “Cuité”, pertencente à Jacobina. Segundo a tradição, seus primeiros povos eram remanescentes de uma Bandeira e procediam de Serrinha.

Com relação à formação histórica de Dom Macedo Costa, temos informações de que a região era primitivamente habitada pelos índios maracás ou maracas. O povoamento do território teve início no século XVII, por agricultores procedentes de Maragogipe, que ali se estabeleceram desenvolvendo a agropecuária. Formaram-se diversas fazendas, entre elas, a de São Roque que originou o povoado São Roque do Bate Quente. O arraial desenvolveu-se em função da agropecuária. Em 1953, foi criado o distrito com o nome de Dom Macedo Costa, ali nascido.

5. *A história da cultura escrita: caminhos inexplorados*

Ao entrarmos nessa questão, não podemos deixar de lado os estudos das políticas linguísticas implementadas no Brasil nos séculos XVIII e XIX e sua influência no processo de escolarização, uma vez que a história da cultura escrita está atrelada a esses fatores. Conforme Mattos e Silva (2004, p.130) *a história detalhada da escolarização no Brasil está à espera de um autor*. De fato ainda não podemos dispor de dados e fontes acabadas sobre um panorama sócio-histórico da escolarização do nosso país. A afirmação de Mattos e Silva pode ser interpretada como um vocativo para darmos o impulso às pesquisas neste campo. Estudos mais antigos como os de Antônio Houaiss (1985) já configuravam sugestões para pesquisas que contribuíssem para a constituição do PB, inseridos na *quarta via* de Houaiss (1985).

Conforme Mattos e Silva (2004), essa quarta via de estudo, proposta por Houaiss, ainda precisa de muita investigação. Em vista disso, desenvolve algumas reflexões sobre o tema, a partir do levantamento demográfico e da escolarização no Brasil, aspectos sócio-históricos considerados por ela essenciais para a compreensão, explicitação e interpretação da heterogeneidade dialetal brasileira, não só do português brasileiro popular como também do português brasileiro culto.

Podemos fazer um breve panorama da constituição das políticas linguísticas no Brasil ao longo do século XIX, nos moldes de Mattos e Silva (2004). Assim, verificam-se três momentos marcantes para a história da alfabetização brasileira: leis pombalinas (séc. XVIII), a partir de então a língua portuguesa passa a ser ensinada nas escolas como língua oficial; vinda da família real para o Brasil e conseqüentemente instalação da sede do Reino de Lisboa para o Rio de Janeiro (início do séc. XIX), que contribuiu para o surgimento da imprensa; surgimento dos normativistas brasileiros, os quais implementaram a norma padrão como variante

de prestígio social (meados do séc. XIX). Apesar de muito bem demarcados, esses fatos trouxeram algumas consequências negativas à sociedade brasileira, no que tange ao acesso aos meios de comunicação e aos bens culturais, incluindo a cultura escrita. Muitos brasileiros, por estarem à margem da sociedade, não tiveram acesso a essas mudanças que ocorrem arbitrariamente de cima para baixo.

No que tange à inserção da Bahia no contexto nacional, podemos fazer um breve histórico, nos moldes de Carneiro e Almeida (2006, P. 651), sobre a criação de escolas na Bahia do século XIX.

O processo de reestruturação do sistema educacional após a expulsão da Companhia de Jesus em 1759, durante a administração pombalina, culminou, posteriormente, na criação de várias leis que buscavam regulamentar a instrução pública, principalmente. Em 3 de setembro de 1772, são criadas as escolas régias ou menores, de ensino de primeiras letras e aulas avulsas, ou maiores, de ensino secundário, a partir da descentralização do período regencial.

A primeira Lei, criada em 1827, determinou a implantação de escolas de primeiras letras nas localidades mais populosas do império. Em 1834 uma nova Lei foi estabelecida, conferindo às assembleias provinciais o direito de legislar sobre o ensino primário e secundário. Com relação à importância dessas leis para a pesquisa de cunho sócio-histórico, as referidas autoras considera-as importantes, na medida em que contribuíram para um levantamento da população em idade escolar nas províncias.

Apesar desses trabalhos já iniciados, com relação à história detalhada da escolarização no Brasil, Mattos e Silva (2004, p.130) afirma que para esse levantamento falta ainda autor. Entretanto, em seus levantamentos sobre a demografia do Brasil colonial e pós-colonial, consegue concluir que a mobilidade social dos escravos no espaço brasileiro pode ter influenciado na expansão do português popular, considerado por ela como o “autêntico” português brasileiro.

O semiárido baiano é uma área ainda pouco estudada, no que tange à inserção da cultura escrita. Assim, nessa região há poucos registros da prática da escrita. Comprova-se, através de trabalhos já concluídos, como os de Santiago (2011), que, em meados do século XX, quando o país já estava em processo de desenvolvimento urbano e industrial, não havia ainda a presença de instituições formais de ensino na zona rural. Os sertanejos aprendiam a escrever em casa, com as mães ou com professoras particulares (os que tinham uma maior condição financeira). Diante disso, nosso *corpus* reflete o pouco acesso à escolarização, mas ao mes-

mo tempo revela a necessidade de manter a prática da escrita como forma de registro e de preservação da memória.

6. Considerações finais

Ao nos propormos à reconstituição da cultura escrita do português popular brasileiro, buscamos delimitar um *corpus* que fosse relevante para esse estudo. Dessa maneira, confiamos nas indicações de Houaiss sobre a *quarta via* de estudo do PB para posteriormente nos debruçarmos sobre o que nos diz Mattos e Silva (2004, 2008) sobre a importância de cruzarmos o processo da escolarização do Brasil com o fator demográfico. Vimos que isso foi indispensável.

Podemos perceber, também, a necessidade de se atentar para o tipo de *corpus* que pretendemos estudar quando o assunto é português popular brasileiro. Para tanto, seguimos as indicações de Barbosa (1999) o qual nos sugere que não podemos construir um *corpus* de forma aleatória, acreditando que nossos objetivos serão alcançados. Precisamos ir mais além, e explicar o contexto sócio-histórico no qual está inserido, quem o produziu, época, local e em que condições. Um dado muito importante na seleção dos *corpora* é saber a naturalidade de quem o escreveu.

Com este trabalho, apresentamos fontes inéditas para reconstituição sócio-histórica do português popular baiano. Pretendemos, posteriormente, fazer a edição e estudo desses documentos.

Revisitamos alguns trabalhos já concluídos, bem como apresentamos notícias do que há de novo na elaboração de *corpora* no âmbito do PHPB. Além disso, buscamos abrir caminhos para novos estudos, apresentando um tipo de texto ainda não muito explorado. Assim, podemos fazer estudos, tais como a descrição das marcas paleográficas e supragráficas, o estudo de campos lexicais, dentre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, A. G. *Para uma história do português colonial: Aspectos linguísticos em cartas de comércio*. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa – Curso de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 1999.

CARNEIRO, Z. O. N.; ALMEIDA, N. L. F. A criação de escolas a partir de critérios demográficos na Bahia do século XIX: uma viagem ao interior. In: LOBO, T. (Org.). *Para a história do português brasileiro*, v. VI, tomo II, Salvador: Edufba, 2006.

HOUAISS, A. *O português do Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1985.

IBGE: *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 18-07-2012.

LUCCHESI, D. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, C. (Org.) *Português brasileiro, contato linguístico, heterogeneidade e história*, Rio de Janeiro: Viveiros de Castro, 2003, p. 272-282.

MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

RAMOS, J. M.; VENÂNCIO, R. P. Por uma cronologia do português escrito no Brasil. In: LOBO, T. (Org.). *Para a história do português brasileiro*, v. VI, tomo II, Salvador: Edufba, 2006.

SANTIAGO, H. S. (Org.). *Cartas brasileiras (1809-2000): coletânea de fontes para o estudo do português*, v. 3. Feira de Santana: UEFS, 2011.

SOARES, M. B. *Língua escrita, sociedade e cultura: Relações, dimensões e perspectivas*. Minas Gerais: Revista Brasileira de Educação, 1995.